



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



**Processo nº** 16327.003528/2002-68  
**Recurso** De Ofício e Voluntário  
**Acórdão nº** **1401-005.958 – 1<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 4<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária**  
**Sessão de** 19 de outubro de 2021  
**Recorrentes** BANCO ITAÚ S/A  
FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF)**

Exercício: 1999

DÉBITOS NÃO CONFESSADOS. LANÇAMENTO DE OFÍCIO.

Os débitos declarados em DCTF, referentes ao período de 1999, não confessados nem recolhidos, sujeitam-se ao lançamento de ofício.

**PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. COMPENSAÇÃO COM CRÉDITO DE TERCEIRO**

Restabelecida, no julgamento do Recurso da cedente, a integralidade do crédito tributário cedido à interessada em 03/02/1999 e utilizado na compensação de IRRF a recolher quitando integralmente o débito, não há como subsistir o presente lançamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso voluntário e não conhecer do recurso de ofício, nos termos do voto do Relator.

(documento assinado digitalmente)

Luiz Augusto de Souza Gonçalves - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Daniel Ribeiro Silva - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Luiz Augusto de Souza Gonçalves (Presidente), Daniel Ribeiro Silva (Vice-Presidente), Cláudio de Andrade Camerano, Carlos André Soares Nogueira, Andre Severo Chaves e Itamar Artur Magalhaes Alves Ruga, Andre Luis Ulrich Pinto e Lucas Issa Halah.

## Relatório

Tratam-se de Recursos Voluntário e de Ofício interpostos em face do acórdão proferido pela Delegacia da Receita Federal em Curitiba (PR) que julgou procedente em parte a impugnação administrativa apresentada pelo contribuinte interposta em face em face de haver compensado crédito cedido por terceiro em 03/02/1999, cujo pedido de restituição/compensação foi indeferido, lavrou-se, às fls. 02/07, auto de infração para a exigência de R\$ 8.891.014,66 de IRRF, código 6800, sobre aplicações financeiras de renda fixa, relativo ao período de apuração 30/01/1999, não confessado nem recolhido, de R\$ 6.668.260,99 de multa do art. 44, I da Lei nº 9.430, de 1996 e dos encargos legais. Enquadrou-se o feito nos arts. 65 da Lei nº 8.981, de 1995 e 35 da Lei nº 9.532, de 1997.

Cientificada via postal em 17/10/2002 (fl. 11), a interessada, apresentou a tempestiva impugnação de fls. 12/26, instruída com os documentos de fls. 28/53, com as razões a seguir, em síntese:

- a) Argumenta que, em 03/02/1999, a Itaúsa Investimentos Itaú S/A, mediante o processo nº 13804000325/99-85, ingressou com pedido de restituição/compensação com débito da autuada, que foi apreciado pela Derat em São Paulo - SP, em decisão que contemplou uma série de equívocos, dentre eles o indeferimento do pedido e a proposta para lavratura do auto de infração objeto do presente processo e que o crédito da cedente é comprovado pela DIRPJ/ 1998.
- b) Alega que a legislação então em vigor admitia a compensação com créditos de terceiro e que a compensação é medida de extinção de crédito tributário e que, embora esteja vinculada a uma posterior análise e homologação da SRF, é incabível o entendimento de que só passará a surtir efeito após sua manifestação positiva e que, enquanto a SRF não se manifestar de forma definitiva no processo de compensação, crédito não há, já que, devidamente compensado, resta extinta a obrigação tributária.
- c) Cita em favor de sua tese a Medida Provisória nº 66, de 2002, que acresceu o § 2º ao art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996, ratificando o entendimento de que a compensação gera efeitos imediatos.
- d) Aduz que a cedente do crédito ingressou com manifestação de inconformidade contra o indeferimento do pedido de restituição/compensação e que o máximo que se pode aceitar é que o débito compensado esteja com a exigibilidade suspensa, sem incorrer em juros e multa, restando indiscutível a vinculação entre os dois processos, e que a compensação somente poderá ser considerada indevida após o julgamento definitivo do pedido que a ensejou, transcrevendo o an. 23 da IN SRF nº 210, de 2002. Transcreve ainda, sem precisar o artigo em que se encontra inserido, § 2º da IN SRF nº 16/2000, que estabelece que o débito indevidamente compensado deverá ser encaminhado à PFN, para

inscrição em Dívida Ativa, trinta dias após a ciência da decisão definitiva que manteve o indeferimento do pedido.

- e) Reclama da incidência de juros de mora, que entende incabível em face da suspensão da exigibilidade do crédito tributário, citando o PN CST n° 2, de 1993 e ainda acórdão do 2º Conselho de Contribuintes, de 1995.2.
- f) Alega ser descabida a multa de ofício uma vez que, ao requerer a compensação, visou a extinção do crédito tributário e que a penalidade pressupõe a existência de um ilícito, transcrevendo em seu favor parte de julgamento do 1º Conselho de Contribuintes.
- g) Finalizando, argumenta estar o crédito simultaneamente extinto a com a exigibilidade suspensa, que a apresentação de manifestação de inconformidade, não importa se por terceiro, impede a exigência do crédito tributário e que são incabíveis os juros de mora e a multa de ofício, requerendo o total cancelamento do crédito autuado ou que seja considerado com a exigibilidade suspensa, afastando-se a multa de ofício e os juros de mora.

Em face da Portaria MF n° 351, de 27/03/2003, veio o processo a julgamento pela DRJ (fl. 56).

Mediante o Despacho n° 0202003, fl. 58, retornou o processo à Derat em São Paulo - SP, para desapensar o processo n° 16327.000203/99-85, de pedido de compensação com créditos de terceiro, juntá-lo por apensação ao processo n° 13804000325/99-85, em nome da cedente, de pedido de restituição/compensação e juntar cópia do Acórdão n° 3071, da 5º Turma da DRJSPOI, que apreciou a manifestação de inconformidade contra o indeferimento do pedido de restituição/compensação.

Às fls. 66/74, foi anexada cópia do Acórdão n° 3071, da DRJ/SPOI e informação da Derat em São Paulo - SP, quanto à sustação da restituição/compensação já deferida no processo n° 13804000325/99-85, até o julgamento do litígio no presente processo, retornando a esta DRJ , para julgamento.

O Acórdão ora Recorrido (5.617 de 4 de março de 2004) recebeu a seguinte ementa:

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

Data do fato gerador: 30/01/1999

Ementa; Débitos NÃO compensados LANÇAMENTO

Os débitos declarados em DCTF, referentes ao período de 1999,não confessados nem recolhidos, sujeitam-se ao lançamento de ofício.

JUROS DE MORA. TAXA SELIC

O débito vencido e não pago, seja qual for o motivo determinante da falta, sujeita-se a juros de mora por expressa disposição legal.

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

Data do fato gerador: 30/01/ 1999

Ementa: FALTA DE RECOLHIMENTO

**COMPENSAÇÃO COM CRÉDITO DE TERCEIRO**

Restabelecida, no julgamento da manifestação de inconformidade da cedente, parte do crédito tributário cedido à interessada em 03/02/1999 e utilizado na compensação de IRRF a recolher, exclui-se do lançamento o montante correspondente.

Lançamento Procedente em Parte.

Conforme entendimento da Turma julgadora, (...) “levando-se em conta, pois, que os débitos cujos fatos geradores tenham ocorrido após a edição da MP n° 135 e da Lei n° 10.833, de 2003, passaram a ter o tratamento automático de débitos confessados em Dcomp, em relação aos quais só será efetuado lançamento de ofício de multa isolada e apenas nas situações especificadas no art. 18 da referida lei, é de se aplicar ao presente caso o an. 106, II, “c” do CTN, uma vez que, por não se enquadrar em qualquer daquelas hipóteses, deixou de ser tratado como infração. Em consequência, em face da retroatividade benigna, é de se cancelar a multa de ofício sobre a parcela mantida, sujeitando-se, contudo, aos encargos legais moratórios”.

Aduz ainda que (...) “Somente as declarações de compensação entregues à SRF a partir de 31/10/2003, data da publicação da MP n° 135, de 2003, constituem-se confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente à exigência dos débitos indevidamente compensados, sendo, a teor do an. 142 do CTN, obrigatório o lançamento de ofício em relação aos valores indevidamente compensados anteriormente à edição da MP n° 135, de 2003”.

Ciente da decisão do Acórdão o interessado interpõe Recurso Voluntário às fls. 115 dos autos - trazendo as seguintes razões:

- a) Da Extinção da Obrigaçāo Tributária: “tendo o Recorrente efetuado a compensação do crédito ora lançado, não há que se cogitar da existência desse crédito, pois extinto pelo instituto da compensação até ulterior manifestação definitiva em contrário da SRF. É claro, reitera-se, que essa compensação está vinculada a posterior análise e homologação da SRF, contudo, isso não significa que ela não tenha gerado os seus efeitos imediatamente.”
- b) Assim, sendo da índole do instituto da compensação a imediata extinção do débito, não é admissível o entendimento de que só passará a gerar efeitos após a manifestação positiva da SRF. Admitir tal fato representaria a total desconsideração do que dispõem as normas de direito civil, que disciplinam a compensação como forma de extinção das obrigações, o que

seria inaceitável já que o próprio CTN, no art. 110, preceitua que “a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance dos institutos, conceitos e formas do direito privado”.

- c) O crédito tributário para ser lançado precisa ser líquido e certo. Enquanto o processo administrativo de compensação estiver pendente de apreciação, não há que se cogitar da existência do débito tributário do Recorrente, já que esta ainda não foi confirmada pelo órgão competente.
- d) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário é uma situação em que o contribuinte não pode ser constrangido coativamente a adimplir o crédito tributário. Em outras palavras, o suposto débito do contribuinte não pode ser exigido.
- e) De acordo com o artigo 42 do Decreto nº 70.235/72, as decisões administrativas somente serão definitivas quando: (1) esgotado o prazo para recurso voluntário, sem que ele tenha sido interposto; (2) quando tem segunda instância não caiba mais recurso e; (3) na decisão proferida na instância especial.
- f) Todavia, nenhuma das hipóteses descritas pelo artigo 42 do Decreto nº 70.235/72 ocorreu, não havendo que se falar em existência de decisão definitiva, tendo em vista que a manifestação de inconformidade apresentada nos autos do processo administrativo de restituição ainda encontra-se pendente de apreciação por parte da DRJ/SP, impedindo que a Fazenda exija o débito compensado pelo impetrante por restar patente a suspensão de sua exigibilidade.
- g) Não Incidência dos Juros de Mora: Afirma que “no caso em tela, conforme exposto, o crédito está suspenso em virtude do aguardo da decisão definitiva a ser proferida no pedido de restituição, pois em se sanando o equívoco cometido no indeferimento desse pleito vinculado ao pedido de compensação, o auto de infração perderá seu objeto. Portanto, restando suspensa a exigibilidade do crédito, não cabe a aplicação de juros de mora sobre o principal lançado, merecendo tal acessório ser excluído da presente autuação.
- h) É inadmissível que, mesmo suspensa a exigibilidade do crédito tributário, sujeite-se o Recorrente à incidência de juros de mora, fazendo letra morta da proteção jurisdicional, já que o contribuinte, de qualquer sorte, estaria desamparado.
- i) Do Montante a ser Exonerado: Quanto ao montante do principal afastado pela decisão de primeira instância, observou o ora Recorrente que a DRJ/CTA atualizou o valor de R\$ 3.201.588,74 apenas até janeiro de 1999(Selic26,58%), quando o correto seria a atualização até fevereiro desse mesmo ano (Selic 28,70), vez que foi nesse mês em que ocorreu a compensação do crédito.

- j) Do pedido: Diante do exposto, concluindo-se pelo total descabimento da lavratura do presente auto de infração, requer o Recorrente o seu total cancelamento, ou, se assim não entender, que seja considerada suspensa a exigibilidade do crédito ora mantido pelo julgador de primeira instância, afastando-se, por conseguinte, os juros de mora lançados. Requer, ainda, a correção do valor exonerado, conforme apontado no item anterior.

Às fls. 192 dos autos – petição do contribuinte, alegando em síntese:

- a) Conforme exposto na impugnação apresentada no referido pedido de compensação, no ano base de 1997 a Itaúsa Investimentos Itaú S.A apurou saldo negativo de IRPJ no valor de R\$ 7.111.811,74.
- b) Parte daquele crédito foi parcialmente objeto de pedido de restituição, realizado em 03 de fevereiro de 1999, no valor original de R\$ 6.905.106,14, que, acrescido da atualização pela Selic, atingiu à época o valor de R\$ 8.891.014,68 — Processo Administrativo n.º 13804.000325/99-47.
- c) Na mesma data, a Requerente transmitiu também o pedido de compensação de crédito com débitos de terceiros (Doc. 4), onde demonstrou sua intenção de quitar débitos de IRRF do Requerente (cód. 6800), de janeiro de 1999, utilizando-se dos créditos supra mencionados.
- d) O Primeiro Conselho de Contribuintes, porém, determinou a inclusão de todas as parcelas requeridas, adicionando ao saldo negativo os valores de R\$ 2.110.587,14 (valores das parcelas declaradas com exigibilidade suspensa) e R\$ 1.872.244,29 (valor das estimativas dos meses de outubro a dezembro de 1997), resultando em um crédito no montante original de R\$ 7.184.420,17.
- e) Assim, tendo sido reconhecido integralmente o valor pleiteado, restou demonstrado no Processo Administrativo n.º 13804.000325/99-47 que a parcela do crédito direcionada para a compensação é suficiente para a extinção integral do crédito tributário objeto de cobrança nestes autos.
- f) Ou seja, todo o débito objeto da autuação em tela restou quitado com a homologação do crédito controlado no Processo Administrativo n.º 16327.000203/99-85, onde, aliás, também está sendo cobrado o mesmo débito, gerando, assim, cobrança em duplicidade, o que não pode prosperar.
- g) Desta forma, pelos fatos supervenientes expostos acima (reconhecimento do crédito integral nos autos do PA 13804.000325/99-47), requer seja convalidada a compensação realizada, com a consequente anulação do auto de infração pela quitação dos débitos objetos deste processo.

É o relatório do essencial.

## Voto

Conselheiro Daniel Ribeiro Silva, Relator.

Observo que as referências a fls. feitas no decorrer deste voto se referem ao e-processo.

O recurso é tempestivo e preenche os requisitos de admissibilidade, por isso dele conheço.

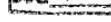
Como acima relatado, trata-se de auto de infração lavrado a fim de travar a decadência relativa à cobrança do débito de IRRF decorrente de pedido de compensação com crédito de terceiro, controlada no Processo Administrativo no. 16327.000203/99-85. Isto porque, quando do pedido de restituição a declaração de compensação não constituiria em confissão de dívida, razão pela qual o lançamento do crédito tributário era imprescindível para garantia do Fisco.

Nos autos daquele processo a contribuinte buscava a satisfação de débito de R\$ 8.891.014,66 de IRRF (código 6800) com crédito de saldo negativo no ano base de 1997.

Conforme exposto na impugnação apresentada no referido pedido de compensação, no ano base de 1997 a Itaúsa Investimentos Itaú S.A apurou saldo negativo de IRPJ no valor de R\$ 7.111.811,74:

| CCG: 61.532.644/0001-15   | Lucro Real           | ANO-CALENDÁRIO: 1997 |
|---|----------------------|----------------------|
| FICHA 08 - CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA - PJ EM GERAL                  |                      | Pag. 3               |
| DISCRIMINAÇÃO   |                      | R\$                  |
| <b>IMPOSTO SOBRE O LUCRO REAL</b>                                     |                      |                      |
| 01.À Aliquota de 15%  | 14.486.092,06        |                      |
| 02.À Aliquota de 6%   | 0,00                 |                      |
| 03.Adicional  | 9.633.394,71         |                      |
| <b>DEDUÇÕES</b>   |                      |                      |
| 04.(-)Operações de Caráter Cultural e Artístico                       | 0,00                 |                      |
| 05.(-)Programa de Alimentação do Trabalhador                          | 0,00                 |                      |
| 06.(-)Vale-Transporte   | 0,00                 |                      |
| 07.(-)Desenvolvimento Tecnológico Industrial / Agropecuário           | 0,00                 |                      |
| 08.(-)Atividade Audiovisual   | 0,00                 |                      |
| 09.(-)Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente                 | 0,00                 |                      |
| 10.(-)Redução e/ou Isenção do Imposto                                 | 0,00                 |                      |
| 11.(-)Redução por Reinvestimento                                      | 0,00                 |                      |
| 12.(-)Pesquisa e Desenvolvimento - Informatíca                        | 0,00                 |                      |
| 13.(-)Aplicação em Ações Novas de Empresas de Informática             | 131.705,76           |                      |
| 14.(-)Imposto Pago no Exterior s/ Lucros, Rendim. e Ganhos de Capital | 0,00                 |                      |
| 15.(-)Imposto de Renda Retido na Fonte                                | 7.193.751,15         |                      |
| 16.(-)Imp. Pago Incidente sobre Ganhos no Mercado de Renda Variável   | 0,00                 |                      |
| 17.(-)Imposto de Renda Mensal por Estimativa                          | 21.795.254,47        |                      |
| <b>18. IMPOSTO DE RENDA A PAGAR</b>                                   | <b>-5.001.224,61</b> |                      |
| <b>COMPENSAÇÕES</b>   |                      |                      |
| 19.Compenсаção de Pagamentos Indevidos ou a Maior                     | 0,00                 |                      |
| <b>DEMAIS COMPENSAÇÕES</b>  |                      |                      |
| 20.Retenção de IR por Órgão Público                                   | 0,00                 |                      |
| 21.Saldo Negativo de Períodos Anteriores                              | 0,00                 |                      |
| 22.Outras   | 0,00                 |                      |
| 23.Parcelamento Formalizado   | 0,00                 |                      |
| 24.Exigibilidade Suspensa   | 2.110.587,14         |                      |
| 25.Anticipações Obrigatórias  | 0,00                 |                      |
| 26.SALDO DE IMPOSTO DE RENDA  | -7.111.811,75        |                      |
| 27.Imposto de Renda de SCP  | 0,00                 |                      |
| 28.Número de Quotas   | 0                    |                      |
| 29.Valor da Quota   | 0,00                 |                      |
| 30.Imposto de Renda s/ Dif. entre o Custo Orçado e o Custo Efetivo    | 0,00                 |                      |
| 31.Imposto de Renda Postergado de Períodos-Base Anteriores            | 0,00                 |                      |

Parte daquele crédito foi parcialmente objeto de pedido de restituição realizado em 03 de fevereiro de 1999, no valor original de R\$ 6.905.106,14, que, acrescido da atualização pela Selic, atingiu à época o valor de R\$ 8.891.014,68 — Processo Administrativo n.º 13804.000325/99-47:

|  |                  |  |  |  |  |  |  |   |  |               |  |   |  |            |                     |            |                 |   |                          |            |                  |                   |                 |  |  |   |  |
|--|------------------|--|--|--|--|--|--|---|--|---------------|--|---|--|------------|---------------------|------------|-----------------|---|--------------------------|------------|------------------|-------------------|-----------------|--|--|---|--|
|  MINISTÉRIO DA FAZENDA<br>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL   |                  |  SERRARIA<br>MINISTÉRIO DA FAZENDA<br>NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO<br>13804.000325/99-47 |  |  |  |  |  |   |  |               |  |   |  |            |                     |            |                 |   |                          |            |                  |                   |                 |  |  |   |  |
| <b>PEDIDO DE RESTITUIÇÃO</b>   |                  |  |  |  |  |  |  |   |  |               |  |   |  |            |                     |            |                 |   |                          |            |                  |                   |                 |  |  |   |  |
| <b>01. IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE</b> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td colspan="2">NOME / RAZÃO SOCIAL, FIRMA OU DENOMINAÇÃO SOCIAL<br/><b>ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S. A.</b></td> <td colspan="2">CFC / CPF<br/><b>61.532.644/0001-15</b></td> </tr> <tr> <td colspan="2">LOGRADOURO (rua, avenida, praça, etc.)<br/><b>Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha</b></td> <td><b>NÚMERO</b></td> <td><b>COMPLEMENTO (andar, sala, etc.)</b></td> </tr> <tr> <td colspan="2">BAIRRO OU DISTRITO<br/><b>Parque Jabotíquara</b></td> <td><b>100</b></td> <td><b>Torre Itaúsa</b></td> </tr> <tr> <td><b>DDD</b></td> <td><b>TELEFONE</b></td> <td><b>CÓDIGO BANCO / AGENCIA<br/>(em que será creditado)</b></td> <td><b>IP CONTA-CORRENTE</b></td> </tr> <tr> <td><b>011</b></td> <td><b>5552-1333</b></td> <td><b>341 / 2040</b></td> <td><b>00.023-0</b></td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td colspan="2"><b>VALOR DA RESTITUIÇÃO (em reais)</b><br/><b>8.891.014,68</b></td> </tr> </table> |                  |  |  | NOME / RAZÃO SOCIAL, FIRMA OU DENOMINAÇÃO SOCIAL<br><b>ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S. A.</b> |  | CFC / CPF<br><b>61.532.644/0001-15</b> |  | LOGRADOURO (rua, avenida, praça, etc.)<br><b>Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha</b> |  | <b>NÚMERO</b> | <b>COMPLEMENTO (andar, sala, etc.)</b> | BAIRRO OU DISTRITO<br><b>Parque Jabotíquara</b> |  | <b>100</b> | <b>Torre Itaúsa</b> | <b>DDD</b> | <b>TELEFONE</b> | <b>CÓDIGO BANCO / AGENCIA<br/>(em que será creditado)</b> | <b>IP CONTA-CORRENTE</b> | <b>011</b> | <b>5552-1333</b> | <b>341 / 2040</b> | <b>00.023-0</b> |  |  | <b>VALOR DA RESTITUIÇÃO (em reais)</b><br><b>8.891.014,68</b> |  |
| NOME / RAZÃO SOCIAL, FIRMA OU DENOMINAÇÃO SOCIAL<br><b>ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S. A.</b>   |                  | CFC / CPF<br><b>61.532.644/0001-15</b>   |  |  |  |  |  |   |  |               |  |   |  |            |                     |            |                 |   |                          |            |                  |                   |                 |  |  |   |  |
| LOGRADOURO (rua, avenida, praça, etc.)<br><b>Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha</b>  |                  | <b>NÚMERO</b>  | <b>COMPLEMENTO (andar, sala, etc.)</b> |  |  |  |  |   |  |               |  |   |  |            |                     |            |                 |   |                          |            |                  |                   |                 |  |  |   |  |
| BAIRRO OU DISTRITO<br><b>Parque Jabotíquara</b>  |                  | <b>100</b>   | <b>Torre Itaúsa</b>                    |  |  |  |  |   |  |               |  |   |  |            |                     |            |                 |   |                          |            |                  |                   |                 |  |  |   |  |
| <b>DDD</b>   | <b>TELEFONE</b>  | <b>CÓDIGO BANCO / AGENCIA<br/>(em que será creditado)</b>  | <b>IP CONTA-CORRENTE</b>               |  |  |  |  |   |  |               |  |   |  |            |                     |            |                 |   |                          |            |                  |                   |                 |  |  |   |  |
| <b>011</b>   | <b>5552-1333</b> | <b>341 / 2040</b>  | <b>00.023-0</b>                        |  |  |  |  |   |  |               |  |   |  |            |                     |            |                 |   |                          |            |                  |                   |                 |  |  |   |  |
|  |                  | <b>VALOR DA RESTITUIÇÃO (em reais)</b><br><b>8.891.014,68</b>  |  |  |  |  |  |   |  |               |  |   |  |            |                     |            |                 |   |                          |            |                  |                   |                 |  |  |   |  |
| <b>02. MOTIVO DO PEDIDO</b> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; min-height: 40px; margin-top: 5px;"> <small>Restituição de valores da IRRF sobre JCP, que pretende-se compensar com débitos de outras espécies, conforme prevê o Artigo 6º da IN 21/97.</small> </div>  |                  |  |  |  |  |  |  |   |  |               |  |   |  |            |                     |            |                 |   |                          |            |                  |                   |                 |  |  |   |  |

Em sede de recurso o contribuinte basicamente repete os termos de sua impugnação, defende a existência do crédito e a extinção da obrigação tributária.

Por sua vez, em petição atravessada aos autos em 16/02/2018 (fls. 192 a 195) a Recorrente traz fato novo e informa que o crédito pleiteado nos autos do PA 13804.000325/99-47 foi integralmente reconhecido pelo CARF e, portanto, restaria insubstancial o presente lançamento. Entendo que lhe assiste razão.

Com efeito, naqueles autos a DRJ inicialmente reconheceu a existência de saldo negativo de IRPJ 1997 no montante de R\$ 3.201.588,74, decorrentes do IRRF sobre JCP, desconsiderando as demais parcelas que compuseram o crédito pleiteado pela contribuinte:

13804 000325/99-47

DRJ/SPOI  
Fl. 7EXERCÍCIO 1998  
ANO-CALENDÁRIO 1997

|                  |                     |
|------------------|---------------------|
| LUCRO REAL       | R\$ 96.573.947,11   |
| IRPJ             | R\$ 14.486.092,08   |
| IR ADICIONAL     | R\$ 9.633.394,71    |
| IR TOTAL         | R\$ 24.119.486,77   |
| INCENTIVO FISCAL | (R\$ 131.705,76)    |
| IRRF             | (R\$ 27.188.389,75) |
| CRÉDITO          | (R\$ 3.201.588,74)  |

17. Assim sendo, em face de tudo o quanto foi exposto, VOTO PELO DEFERIMENTO EM PARTE DA SOLICITAÇÃO do contribuinte, reconhecendo o direito creditório do interessado no valor equivalente a R\$ 3.201.588,74 (três milhões, duzentos e um mil, quinhentos e oitenta e oito reais, e setenta e quatro centavos), sobre o qual devem ser adicionados juros moratórios equivalentes à taxa SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, até o mês anterior ao da restituição, sendo aplicada a taxa de juros de 1% relativamente ao mês em que a restituição em apropio for efetivada, nos termos da NE SRF/COSIT/COSAR n.º 08/1997, resguardada, no que compete à materialização do referido direito e ao atendimento da compensação requerida à fl. 64, a necessária verificação da eventual preexistência de compensações envolvendo o crédito ora deferido, bem assim a observância das demais normas regulamentares insculpidas na IN SRF n.º 21/1997, com as alterações introduzidas pela IN SRF n.º 73/1997, e IN SRF n.º 210/2002.

Jorge Frederico Cardoso de Menezes  
Julgador da 5<sup>a</sup> Turma de Julgamento  
Matri. Sipe 65.980  
DRJ/SPOI

Entretanto, o Primeiro Conselho de Contribuintes, porém, determinou a inclusão de todas as parcelas requeridas, adicionando ao saldo negativo os valores de R\$ 2.110.587,14 (valores das parcelas declaradas com exigibilidade suspensa) e R\$ 1.872.244,29 (valor das estimativas dos meses de outubro a dezembro de 1997), resultando em um crédito no montante original de R\$ 7.184.420,17 (fl. 220 a 228).

No que se refere à diferença entre o saldo negativo originalmente declarado a contribuinte esclarece que:

9. Saliente-se que a diferença entre o saldo negativo de IRPJ a/c 1997 declarado pela Itáusa (R\$ 7.111.811,74) e o reconhecido pelo Fisco (R\$ 7.184.420,17), reside no fato de que a Requerente, indevidamente, não computou uma parcela de IRRF no valor de R\$ 72.608,42, devidamente reconhecida e imputada pela Fiscalização.

Ou seja, o montante reconhecido pela referida decisão foi até superior ao crédito originalmente requerido.

Assim, tendo em vista que todo o débito objeto da autuação em tela restou quitado com a homologação do crédito controlado no Processo Administrativo n. 16327.000203/99-85, onde, aliás, também está sendo cobrado o mesmo débito, o presente lançamento não pode ser mantido.

Desta feita, face o exposto, oriento meu voto no sentido de dar provimento ao Recurso Voluntário para julgar insubsistente o lançamento, restando prejudicadas as demais razões recursais.

Diante disto, resta prejudicado o Recurso de Ofício por isso dele não conheço.

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

Daniel Ribeiro Silva